

PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA PERSPECTIVA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lilian dos Santos SILVA¹
Tania Regina Martins MACHADO²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo levantar uma discussão sobre o preconceito linguístico em relação às variedades linguísticas no ensino da língua portuguesa em uma escola da rede pública de Araguatins – TO. Dessa forma, optou-se pela pesquisa de campo, com ênfase quanti/qualitativa com abordagem bibliográfica e descritiva. Pautou-se em alguns autores, entre eles, Labov (2008), Bagno (1999, 2001, 2003), Marcuschi e Dionísio (2007), Silva (2015), Soares (1991) e em documentos como os PCN's (BRASIL, 1998) para a análise dessa problemática, bem como, das respostas dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental dessa escola para o questionário elaborado para esta pesquisa. Suas respostas permitem inferir qual é a postura dos professores de língua portuguesa desse nível de ensino nessa cidade, além de refletir se sua língua é valorizada ou simplesmente tem o ensino pautado na gramática normativa. Com a realização da presente pesquisa, pretende-se contribuir para uma conduta em favor do respeito às diferenças linguísticas.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Língua Portuguesa; Preconceito Linguístico; Variações Linguísticas.

ABSTRACT: This article aims to discuss a linguistic prejudice in relation to linguistic varieties in the teaching of the Portuguese language in a public school in Araguatins - TO. Thus, field research was chosen, with quantitative / qualitative emphasis with a bibliographical and descriptive approach. Some authors, such as Labov (2008), Bagno (1999, 2001, 2003), Marcuschi and Dionísio (2007), Silva (2015), Soares (1991) and documents such as PCNs (BRASIL, 1998) for the analysis of this problem, as well as the answers of the students of the 6th grade of Elementary School of that school to the questionnaire elaborated for this research. Their answers allow us to infer what is the attitude of Portuguese teachers of this level of education in this city, besides reflecting if their language is valued or simply has the teaching based on normative grammar. With the accomplishment of the present research, one intends to contribute to a conduct in favor of the respect to the linguistic differences.

Keywords: Elementary School; Portuguese language; Linguistic Prejudice; Linguistic Variations.

Introdução

O ato de comunicar-se é inerente ao homem, sendo peça fundamental para se viver em sociedade. E dentre os mecanismos que o constituem nos deparamos com a fala e a escrita que se dispõem a persuadir, convencer e a interagir com o outro, construindo relações em âmbito social. Considerando-se que a oralidade surgiu primeiro que a escrita, seu desenvolvimento se desencadeia de forma mais espontânea dado às

¹ Acadêmica de Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Campus Araguatins - TO. E-mail: liliadventista@gmail.com

² Pós-doutora em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela UFT; Doutora em Linguística – Linguística Aplicada pela UFSC. Mestre em Letras: Estudos Linguísticos – UFSM. Professora do curso de Letras da UNITINS/Campus Araguatins. E-mail: tania-mm@hotmail.com

circunstâncias de cada indivíduo, variando pelo contexto em que está inserido. Por outro lado, a escrita se manifestou com o intuito do homem dominar o meio, seguindo uma linguagem vinculada às normas gramaticais. Assim, os textos escritos possibilitaram a organização do pensamento e a garantia de um momento histórico registrado, já que conhecimentos orais poderiam se perder ao logo do tempo.

Pela ótica dos historiadores, a língua portuguesa, que é idioma oficial no Brasil, foi uma herança trazida pelos portugueses. A qual sofreu várias alterações ao longo dos tempos, ocasionadas pela mescla com outras culturas que fizeram parte do processo de formação da nação brasileira. Dessa forma, a riqueza na diversidade linguística é um fator característico que está intimamente ligada ao valor cultural e histórico.

Neste artigo, pretende-se refletir sobre o preconceito linguístico no contexto escolar de uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental da rede pública da cidade de Araguatins – TO, partindo-se da perspectiva que os educandos trazem para a escola as falas que são próprias do seu convívio. Nelas há variações, as quais são percebidas principalmente nos anos iniciais, pois estes se caracterizam como um período de contato sistematizado e normativo da língua portuguesa. Característica própria da forma como a variedade padrão é ensinada pela escola e que contrasta com a bagagem linguística que os alunos trazem consigo.

Assim, a opção pela abordagem desse tema se justifica pelo fato de as variações linguísticas serem um fenômeno acentuado nessas séries escolares, uma vez que o preconceito linguístico é um dos problemas enfrentados pela sociedade atual. É percebido, sobretudo, na prática de alguns indivíduos “cultos” que se intitulam detentores do saber sobre a língua portuguesa, atitude que por vezes reflete na unidade de ensino. Eis porque se parte do seguinte problema de pesquisa: De que forma o preconceito linguístico pode prejudicar o desempenho do aluno no ensino de língua portuguesa?

Nessa perspectiva, os objetivos específicos a que se buscam responder neste artigo são: apontar conceitos que contemplem as variedades linguísticas em contrapartida com o ensino língua portuguesa, refletir se no ensino a língua é valorizada ou simplesmente é pautado pela gramática normativa, bem como, discutir sobre o preconceito linguístico na unidade de ensino.

A associação entre a pesquisa bibliográfica e de campo foi a opção metodológica adotada, com ênfase quanti/qualitativa em uma abordagem bibliográfica e descritiva. Pautou-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e em alguns dos autores, a maior parte linguistas, que discutem a importância das variedades linguísticas no ensino de língua portuguesa, além do preconceito que muitas vezes gira em torno dessa temática para a análise dos dados gerados a partir da aplicação de um questionário aos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública de Araguatins – TO.

Dessa maneira, este artigo se constitui de sete seções. A primeira é composta pela introdução; A segunda, por breves considerações sobre a história da língua portuguesa no Brasil; Já na terceira, apontam-se conceitos das variedades linguísticas x ensino de língua portuguesa; Sendo que na quarta, aborda-se o preconceito linguístico; Na quinta, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa de campo; Na sexta, realiza-se a análise dos dados coletados nessa sala de aula. E, por fim, as inferências e reflexões em torno da temática.

História do português no Brasil: breves considerações

Quando nos referimos à história de uma língua, decerto é estudar a história da sociedade. E no que condiz à língua portuguesa no Brasil, sua propagação se iniciou com a ‘descoberta’ de suas terras, nos anos 1500. Teyssier pontua que

Quando os portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O português europeu, o índio e o negro constituem durante o período colonial as três bases da população brasileira (TEYSSIER, 1997, p. 62).

Nota-se, então, que nos primeiros tempos após o descobrimento do Brasil, a língua que se desenvolveu esteve mais próxima dos dialetos indígenas e africanos do que do português europeu, uma vez que esse mecanismo utilizado facilitava o diálogo com os nativos. Trata-se de uma junção que ficou conhecida como línguas gerais, que mesclava o tupi e o guarani com o português.

Porém, Bagno (2003, p. 77) ressalta que “o Brasil era uma extensão territorial transatlântica de Portugal, e nessa qualidade, seus habitantes estavam em tudo sujeitos às decisões oficiais da metrópole, incluindo as decisões que diziam respeito à língua”. Dessa forma, mesmo que os jesuítas utilizassem as línguas gerais, a intencionalidade da prática era para facilitar o processo de aculturação sobre os nativos, fato que também não deixava de ser linguístico.

Posteriormente, em 1757, a proibição do uso das línguas gerais por Marquês de Pombal com o *Diretório dos índios* foi um marco que denotava a repreensão do tupi-guarani, pois sua influência linguística estava se propagando rapidamente. Bagno (2003) postula que tal atitude demonstrava que o português era utilizado por uma pequena parcela da população e essa medida desbancaria a concorrência. Assim, percebe-se que, já nos meados do Brasil Colônia, a perspectiva opressora já ocorria gradativamente através de medidas político-linguísticas, em que a língua de prestígio se sobressai às demais.

Com a chegada da família Real ao Brasil, o processo da língua portuguesa mais uma vez se transforma, pois uma grande quantidade de portugueses migra para o continente brasileiro e, conseqüentemente, ela pende para o lado da matriz colonial. No entanto, a herança da língua indígena e africana era uma presença marcante na cultura brasileira e também de outros povos europeus que migravam para cá em meados do ano de 1818. Conforme Teyssier (1997, p. 72), “após a Independência, muitos brasileiros pensavam ser impossível haver uma nação original, com sua cultura e com literatura própria, sem língua original”, pois a influência de outras culturas era um fato evidente na construção do legado brasileiro.

Com o passar do tempo, nota-se que a língua portuguesa, língua majoritária e oficial em todo o território brasileiro, que é, porém, um país multilíngue não se constituiu de uma hora para outra. Iniciou-se no período colonial e se formou em meio a uma relação multicultural com outras línguas. Segundo Mattos e Silva, a

Língua Portuguesa no Brasil, está no embate entre a norma padrão idealizada tradição lusitanizante; as normas cultas e normas vernáculas, também designadas de português-padrão, português brasileiro culto e português brasileiro popular - convenientes na complexa e heterogênea comunidade de fala portuguesa no Brasil (MATTOS E SILVA, 1995, p. 21).

Podemos perceber que atualmente a língua portuguesa rivaliza entre o mito de unicidade linguística, que contrasta com riqueza da diversidade que compõem o acervo brasileiro.

No tópico a seguir, trataremos de um assunto relacionado ao dinamismo da língua: variação linguística. Assim como, serão abordados os tipos de variedades que se destacam do ponto de vista social, pois são fenômenos que compõem a riqueza linguística do Brasil, e apontadas algumas condutas tradicionalistas que por vezes não contemplam essa realidade no ensino de língua portuguesa.

Perspectiva das variedades linguísticas x ensino de língua portuguesa

A língua é uma parte da linguagem que está em constante movimento. Devido a isso, as influências sociais e históricas são perceptíveis em sua essência. Consequentemente podemos nos deparar com uma característica peculiar dela: a variação linguística. Segundo os PCN's (BRASIL, 1998, p. 29), “A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa”. Assim, é importante observar que esses fenômenos não podem ser desconsiderados no ensino de língua materna (LM), pois são traços naturais que ocorrem na linguagem humana.

Em função do dinamismo da língua, percebe-se que cada vez mais ela é reinventada, com o objetivo de o ser humano se adequar ao meio social. Como exemplo disso, temos o momento atual, pois vivemos em uma época em que os indivíduos se encontram mais conectados pela internet. De modo que, nesse tipo de linguagem, encontramos alguns neologismos que, em muitas das situações, somente os próprios usuários conseguem entender. Surgem, nesses casos, expressões do tipo ‘lacrou’. Para Bechara (1995) a palavra lacrar, no sentido literal, significa selar ou colar alguma coisa, mas dentro do contexto social de determinados usuários da internet o sentido aponta que uma pessoa se saiu muito bem em alguma coisa.

Nesse sentido, é importante destacar que existem tipos de variações linguísticas, as quais decorrem de alguns aspectos sociais como faixa etária, meio social, diferença regional e outros. Dentre eles, ressaltam-se as variações diacrônicas, diatópicas, diastráticas, diafásicas e diamésicas.

No quadro 1, cada um desses tipos de variação é definido e exemplificado:

Quadro das variações linguísticas

Tipos	Conceito	Exemplos
Variação diacrônica	Diz respeito à mudança da língua durante a história e suas fases. Ocorre de forma gradual até que a transição se consagre em uma nova forma linguística.	Areado = Desorientado Boticário = Farmacêutico Carraspana = Bebedeira Vosmecê = Você
Variação diatópica	Remete às diferenças regionais ou geográficas de falantes que as constituem. Nesse sentido, os falantes denotam particularidades que caracterizam os costumes e a cultura da região.	Uma fruta é reconhecida nas diferentes regiões como: bergamota, tangerina, murcote ou mexerica.
Variação diastrática	Está relacionada à heterogeneidade dos aspectos sociais. Deriva-se de fatores como idade, sexo, classe social, profissão e etc.	As gírias são uma das modalidades desta variação, geralmente utilizadas por adolescentes. Gato = homem bonito Coroa = pessoa idosa Crush = paquera/ flerte
Variação diafásica	Remete às diversas situações em que uma pessoa se encontra ao instituir um ato de comunicação. Nesse contexto, a fala se vincula ao grau de formalidade do contexto.	Uma apresentação de trabalho ou um jogo de futebol. No primeiro caso, é provável que se utilize a língua de maneira formal, já na segunda a conversa se desenvolve de maneira informal.
Variação diamésica	Está relacionada ao conceito de vários meios. No campo sociolinguístico, os meios ou símbolos referidos são a fala e a escrita.	Um seminário e uma conversa no whastapp. No primeiro caso, mesmo se tratando de uma linguagem oral, há certo grau de formalidade. No segundo, mesmo sendo escrita, geralmente é utilizada a informalidade.

Quadro 1 - Elaboração a partir de Görski et al (2009)

De acordo com isso, Bagno (1999, p. 48) pontua que “toda variedade linguística é também o resultado de um processo próprio, com suas vicissitudes e peripécias particulares”. Nota-se que no Brasil há uma diversidade linguística muito vasta e que a língua portuguesa se diferencia de região para região, resultado das dimensões continentais e culturais que fizeram parte da sua formação.

Nesse sentido, Labov (2008, p. 221) postula que “É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer “a mesma” coisa”. Como por exemplo, mediante os estudos sociolinguísticos há evidências de que no Brasil é cada vez mais comum o uso da variação da locução ‘a gente’ em lugar do pronome ‘nós’, sendo que a

utilização de sentenças como ‘a gente foi’ ocorre com bastante frequência na fala de determinadas comunidades brasileiras.

Por um lado, alguns gramáticos condenam essa sentença. Porém, do ponto de vista sociolinguístico, os falantes exercem autonomia em sua língua para delinear um novo estilo, uma vez que, a mensagem possa ser compreendida. Dessa forma, na oralidade, o emprego do ‘nós’ ou ‘a gente’ fica a critério do falante.

Mesmo assim, percebe-se que no contexto escolar ainda vigoram práticas pedagógicas que privilegiam a gramática normativa, como único mecanismo válido para o ensino de língua portuguesa. Volta-se, assim, exclusivamente para a norma padrão, deixando de lado a amplitude das possibilidades linguísticas. Nessa perspectiva, Mattos e Silva afirma que

o que designa de ensino de “língua materna” , recobre uma imprevisão teórica e real, já que, em princípio, não se ensina língua materna, ela se adquire naturalmente na aquisição da primeira infância, tanto que, no caso do português no Brasil, como é do conhecimento real, muitos sabem do português sem nunca terem tido a possibilidade de o “aprenderem” através do sistema escolar (MATTOS E SILVA, 1995, p. 19).

Portanto, ensinar LM é ter plena consciência que essa aquisição já se iniciou antes mesmo do aluno chegar à escola. Essa vivência parte da necessidade que os falantes têm em se adequar a uma comunicação efetiva em seu convívio. Nesse sentido, é importante ressaltar que a heterogeneidade da língua brasileira é um fator preponderante a ser considerado pela instituição de ensino, já que, segundo Marcuschi e Dionísio (2007, p. 8), “Todas as línguas variam tanto na fala como na escrita, e não há língua uniforme ou imutável”.

Mesmo assim, ainda se verificam posturas tradicionais da ideologia da unidade linguística, em que outras formas de variantes menos prestigiadas são estigmatizadas. Nessa ótica, Soares (1991) assevera que a prática pedagógica pode muitas vezes condenar a linguagem do educando, caracterizando-a como ‘feia’, porque a julga a partir da distância que a separa da norma-padrão, desse modo, desfavorece a legitimidade das demais variedades linguísticas.

Evidentemente, lidar com as diferenças linguísticas é uma das dificuldades da escola e mesmo do próprio ser humano. Porém, é dever da unidade de ensino contextualizar o assunto. Em outras palavras, “caberá ao professor e à escola como um todo transformar o aluno num poliglota dentro de sua própria língua histórica” (BECHARA, 1995, p. 40). Dessa forma, o professor necessita viabilizar ao educando a compreensão da importância dos vários usos da língua dentro e fora da unidade de ensino.

Mais adiante, será discutido o preconceito linguístico e alguns fatores que desencadeiam essa conduta, que conseqüentemente podem gerar estereótipos sobre determinados falantes, principalmente dos pertencentes às camadas menos privilegiadas.

Preconceito linguístico

Como foram abordadas nos capítulos anteriores, as variações linguísticas são fenômenos presentes no português brasileiro, bem como em toda língua, assim, são

percebidas também em sala de aula. Todavia, as diferenças linguísticas podem ser usadas como um instrumento de estigmatização social. Isso ocorre quando se supervaloriza o fato de uma variedade receber maior prestígio que a outra e, por isso, se insulta, ridiculariza e/ou marginaliza aqueles que usam a forma não-padrão. Bagno (2003) argumenta que o prestígio social parte das primícias de razões históricas, econômicas e políticas institucionalizadas pelas classes dominantes. Assim, há julgamento pejorativo em relação aos falantes que não utilizam a norma culta da língua, versão mais aceita e valorizada pela sociedade. Trata-se do preconceito linguístico.

O termo preconceito parte da ignorância de indivíduos que pré-estabelecem ideias ou conceitos sobre determinadas pessoas, religiões, comportamentos e outros. No caso da fala, uma pessoa ou determinado grupo social pode ser alvo de deboche pela sua maneira diferente de se comunicar. Muitas vezes, essa diferença é perceptível na ocorrência dos sotaques, que, na grande maioria, são ridicularizados. Um exemplo dessa situação pode acontecer entre uma pessoa que vive na zona rural e outra da zona urbana. Geralmente, o indivíduo que vive na zona urbana tende a considerar sua fala ‘melhor’ que a da pessoa da zona rural. Nessa perspectiva, muitas vezes são utilizados termos desdenhosos para se referir a essas pessoas como, por exemplo, jeca ou caipira.

Segundo Silva (2015, p. 12), “falantes de qualquer língua, prestigiam ou marginalizam certas variantes regionais”. No eixo da variação regional brasileira, percebe-se uma forma de segregação na fala das pessoas da região Nordeste, propagada sutilmente através de novelas e programas humorísticos, os quais reproduzem a todo tempo as falas de personagens que denotam estranheza para provocar risos nos telespectadores. Porém, esse tipo de abordagem reflete um preconceito linguístico velado, já que, na região Nordeste consta um alto índice de pobreza em relação às demais regiões do país. Nesse sentido, é perceptível que por trás da questão linguística, reflete-se também preconceito social.

Dentre outros fatores que desencadeiam o preconceito linguístico, Bagno (1999, p. 9) também assevera que “o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada no curso da história, entre língua e gramática normativa”. Segundo Travaglia:

A gramática normativa é uma espécie de lei que regula o uso da língua na sociedade. A parte de descrição da norma culta e padrão não se transforma em regra de gramática até que seja dito que a língua só é daquela forma, só podem aparecer e ser usada naquela forma. É preciso, pois, separar a descrição que se faz da norma culta da língua, que é apenas gramática descritiva de uma variedade da língua (TRAVAGLIA, 2009, p. 31).

Dessa forma, a gramática normativa se mantém detentora do prestígio, sendo a mais utilizada na escola. Em contrapartida, a língua se caracteriza como um mecanismo que diferencia o homem no reino animal, permitindo que haja a cooperação mútua e contribui para construção das identidades sociais (MASCUSCHI; DIONÍSIO, 2007). Nesse sentido, é natural que diferentes grupos de falantes desenvolvam diferentes variedades dentro de uma mesma língua. Assim, nos PCN’s, argumenta-se que

não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão da língua ou que corresponda à

variedade de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática (BRASIL, 1998, p. 31).

Nessa perspectiva, as regras da língua ficam a mercê das condições normativas que assumem a função unânime de ditar o que é certo ou errado. Assim, desenvolve-se a ideia de que o ‘brasileiro não sabe falar o português’ pelo simples fato de muitos não dominarem essa modalidade, uma vez que, que o ensino da gramática tradicional se baseia na escrita dos clássicos literários, que se mantém estagnados e pouco sujeitos às mudanças. Assim, é importante destacar que “não há razão alguma para desprestigiar a oralidade e supervalorizar a escrita [...], ambas têm um papel a cumprir e não competem” (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, p. 14).

Contudo, nota-se a existência, na sociedade brasileira, de um mito em alcançar um padrão linguístico fictício que a mantém distante da língua falada, que em muitas vezes é reforçado pela escola. Nessa perspectiva, os discentes chegam à unidade de ensino com a ideologia de que a língua portuguesa é uma disciplina muito ‘difícil’, principalmente para os alunos das camadas mais pobres. Silva aponta que

Muitas vezes alunos com excelente potencial são excluídos do sistema educacional devido ao fato de sua fala desviar da norma prescritiva. A exclusão às vezes ocorre na mesma região geográfica sendo que educador e educando compartilham de variedades linguísticas diferentes e até mesmo problemas de inteligibilidade podem surgir (SILVA, 2015, p. 21).

Nesse sentido, o discente que recebe um pré-julgamento pelo seu modo de falar, na escola, onde suas diferenças deveriam ser entendidas e respeitadas, pode se sentir pouco estimulado a desenvolver competências e habilidades por vergonha de se comunicar fora de sua comunidade de fala e ser mal interpretado e penalizado.

No entanto, para linguistas como Bagno, em vez de julgar essas ‘imperfeições’, o que se deveria deixar evidente seria que tais regras são artificiais, e que foram construídas e impostas por certo grupo social, economicamente dominante. Dessa forma, conforme exposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “competem à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença” (BRASIL, 2017, p. 66).

É relevante, nesse sentido, destacar que não se pode desprezar a gramática, bem como, seu papel dentro do ensino de língua portuguesa. Ela é importante, mas mediante o ponto de vista linguístico não pode ser superior às diversas formas de uma língua, por isso deve ser usada de forma crítica. Bagno (2001, p. 66) postula que “o objetivo do ensino de língua deve ser estimular a expressão das experiências dos diferentes sujeitos, permitir que eles assumam sua palavra, que se tornem sujeito do seu discurso”. Nessa perspectiva, oportunizar essa construção de forma reflexiva dentro do contexto escolar, deve ser atrelado ao respeito às diversidades linguísticas.

Portanto, o preconceito linguístico é uma realidade que não pode ser ocultada, tanto na escola como pela sociedade. Faz-se necessário discutir e combater esse tipo de discriminação, que pode, muitas vezes, prejudicar o desempenho escolar do aluno.

Além disso, o padrão idealizado pela norma culta não contempla todas as camadas sociais, por isso, em vez de interliga-las, ocasiona a exclusão dos menos privilegiados.

Metodologia

Em relação ao tema proposto, esta pesquisa foi desenvolvida em cunho quanti-qualitativo com abordagem bibliográfica e descritiva. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 169), “A pesquisa de campo é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta ou hipótese, que se queira comparar, ou, ainda de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Portanto, é interessante utilizar a pesquisa de campo em trabalhos científicos, uma vez que, por meio dela é viável compreender os diversos contextos sociais.

Conforme Minayo (2001), a pesquisa de cunho qualitativo/quantitativo apesar de serem diferentes, se complementam, pois dentro do contexto social elas interagem. Assim, mesmo que o trabalho desenvolva uma parte quantitativa, há traços que espelham os motivos do resultado. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica se caracteriza por agrupar informações sejam pela leitura de livros, revistas, artigos ou outras matérias trabalhos científicos, com a intenção de fundamentar teoricamente o tema sugerido a partir da visão de outros autores.

Para o levantamento de dados, fez-se necessária a execução de um questionário a ser respondido por alunos de uma turma do 6º ano do Ensino Fundamental de uma unidade de ensino público de Araguatins - TO. O questionário semiestruturado com 9 perguntas abertas e fechadas (ver anexo), algumas com 5 alternativas, que se referem às diversidades linguísticas no convívio social, assim, como à abordagem de seu professor de língua portuguesa em relação à fala dos alunos.

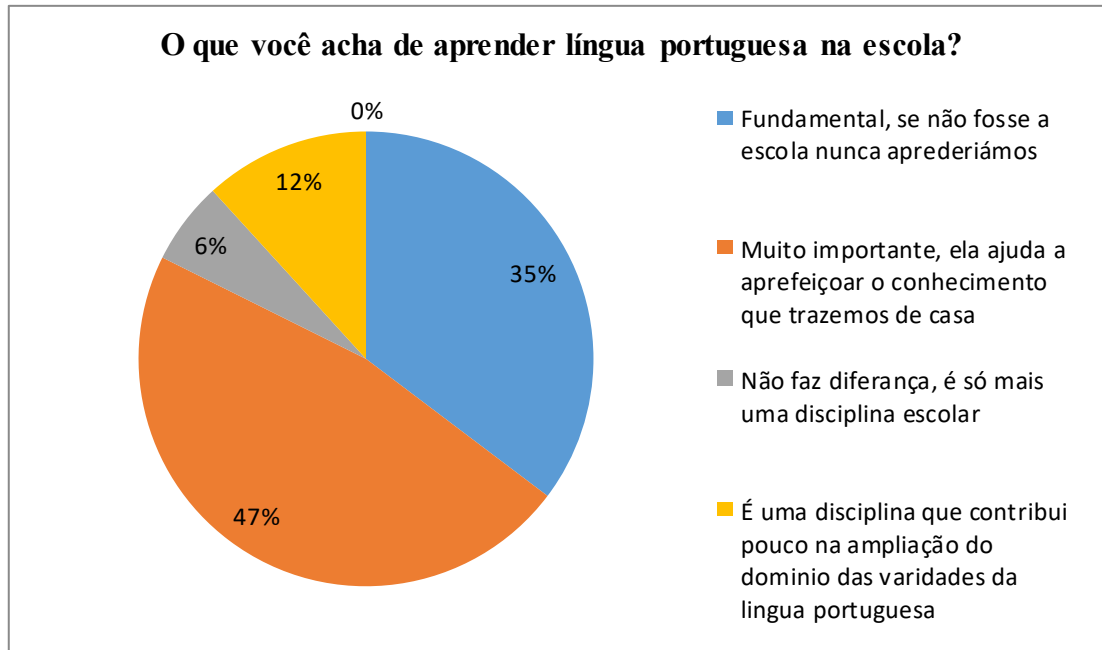
A coleta foi feita a partir da aplicação do questionário aos alunos, abordados pela pesquisadora e preenchidas pelos alunos. Assim, esse procedimento da pesquisa de campo ocorreu em um único dia, sendo realizado no horário vespertino ao final da aula de língua portuguesa. Somente os alunos presentes nesse dia responderam às perguntas, por isso, não foi possível que levassem o questionário para os colegas que não foram à aula.

Análise quantitativa de dados

Neste tópico, serão analisados os dados coletados com o questionário aplicado aos 17 alunos dos 6º ano do Ensino Fundamental II do período vespertino de funcionamento da escola investigada. Respostas consideradas mais relevantes para a discussão, dadas a algumas questões presentes no questionário, serão expostas em forma de gráficos. Compreende-se, portanto, sua relevância para se investigar a relação do preconceito linguístico e o ensino de língua portuguesa.

No primeiro gráfico, refere-se ao posicionamento dos alunos em relação à importância de estudar língua portuguesa na escola. Tomando-se como base as respostas que guiaram esta análise, pode-se averiguar a visão favorável no que diz respeito ao ensino de LM. Além disso, expõe-se uma reflexão sobre o papel da unidade de ensino e os usos da língua portuguesa.

Gráfico 1 – A importância de estudar língua portuguesa na escola

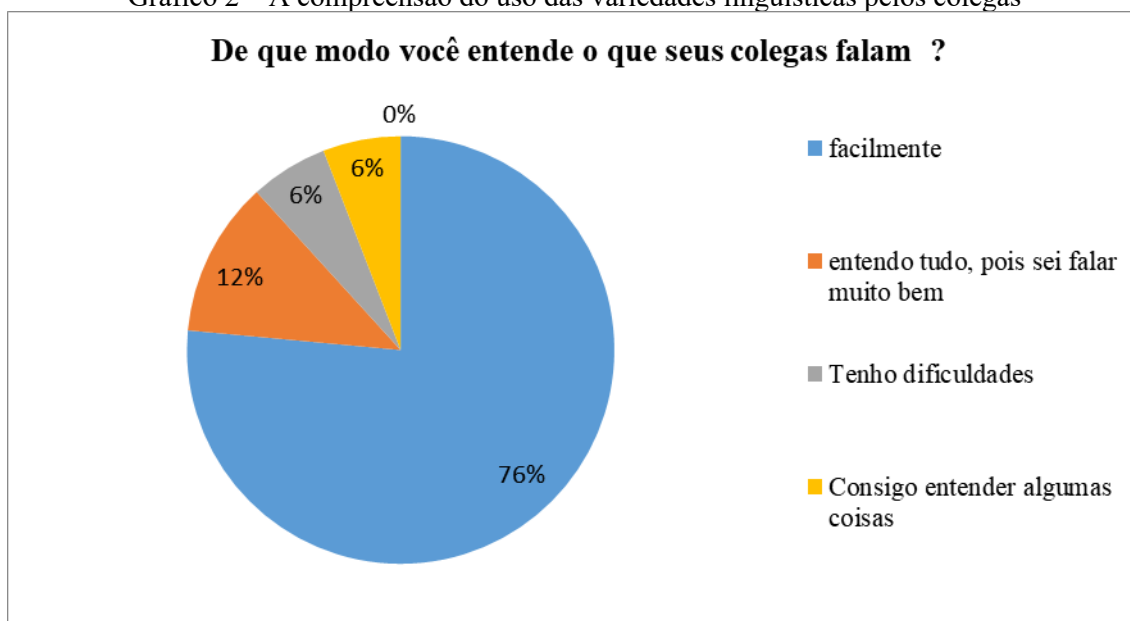


Fonte: elaboração própria

No Gráfico 1, podemos perceber que para 6% dos alunos, há pouca diferença em aprender língua portuguesa na escola, 12% declaram que é uma disciplina que contribui pouco, 35% declararam ser fundamental, enquanto 47% acreditam que é muito importante, pois ajuda a aperfeiçoar o conhecimento que trazem de casa. Nota-se que a maioria dos alunos da turma considera fundamental ou muito importante estudar língua portuguesa na escola. Assim, vale ressaltar que desde pequenos falamos português, mas estudá-lo na escola deve proporcionar um leque maior de possibilidades a partir dos diversos usos da língua nos contextos sociais e uso adequado da linguagem PCN's (BRASIL, 1998).

Como exemplo de uso, tem-se o emprego da linguagem formal e informal, em que falante deve adaptar seu discurso às diversas situações do ambiente comunicativo. A linguagem formal é empregada geralmente em âmbito profissional ou acadêmico, onde há um cuidado em utilizar a norma culta. Já a linguagem informal é característica da conversação casual entre amigos, com menos preocupação com os desvios da língua. Vamos ao gráfico relacionado a essa questão:

Gráfico 2 – A compreensão do uso das variedades linguísticas pelos colegas



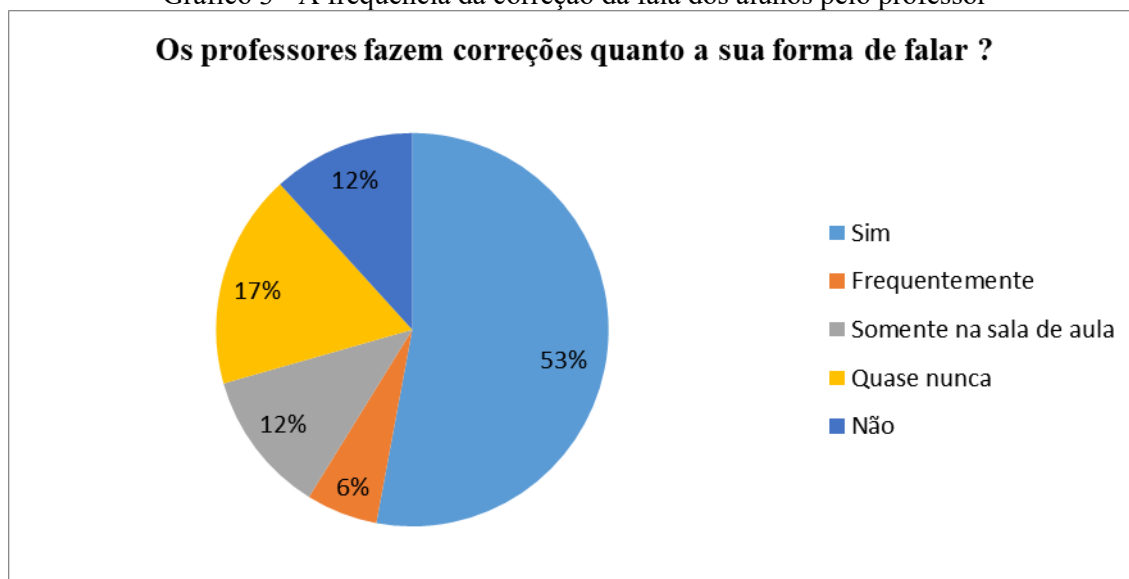
Fonte: elaboração própria

Em relação ao Gráfico 2, observa-se que 6% dos alunos sentem dificuldades em entender o que seus colegas falam, 12% declararam entender tudo e 76% disseram que se comunicam facilmente com seus colegas. Nesse contexto, é evidente que, para a maioria dos alunos, a comunicação ocorre de maneira efetiva, já que a fala é uma das formas mais espontâneas dos usos da língua. Nesse sentido, Marcuschi e Dionísio pontuam que

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e diálogos que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso natural da língua é um forma de inserção cultural e de socialização (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2010, p. 18).

Nesse caso, é natural que alunos desenvolvam um diálogo amistoso com seus colegas, uma vez que utilizam a mesma língua materna. Provavelmente, nenhuma pessoa, tenha ela qualquer nível de escolaridade, que ouvir um indivíduo falar ‘nós foi’, poderá dizer que não entendeu a sentença, pois “quando se fala de língua, só se pode qualificar de erro aquilo que comprometa a comunicação entre os interlocutores” (BAGNO, 2001, p. 26). A seguir, é apresentado o próximo gráfico que aborda a frequência dos professores na correção da forma de falar dos alunos.

Gráfico 3 - A frequência da correção da fala dos alunos pelo professor

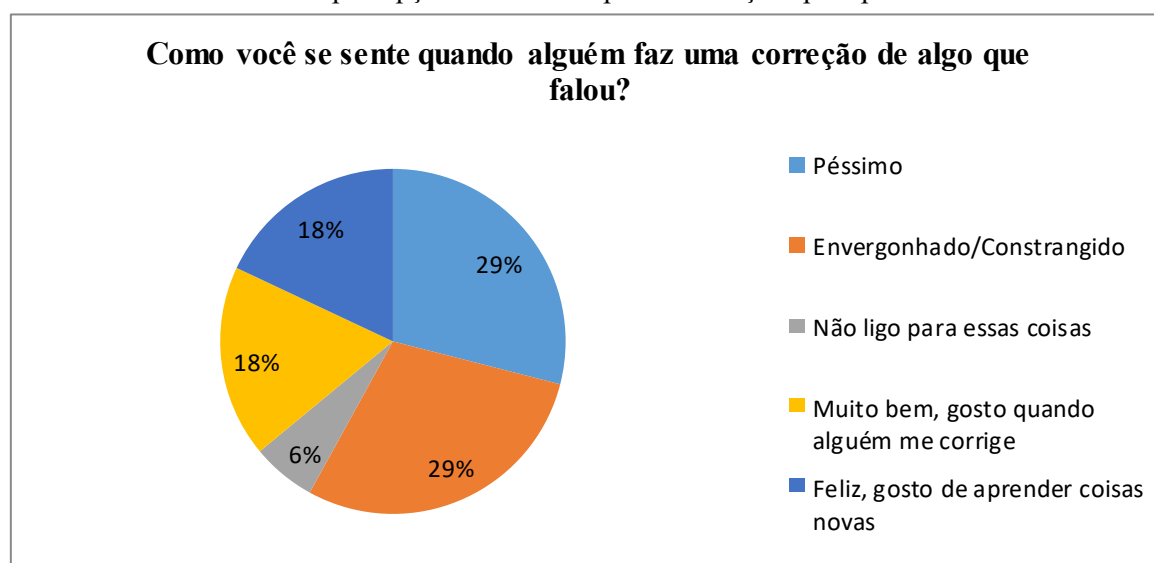


No que diz respeito ao Gráfico 3, em que os alunos foram conduzidos a responder sobre as correções dos professores quanto a sua forma de falar, 6% declararam que com frequência eles fazem correções, 12% disseram que somente na sala, outros 12%, que não são corrigidos, 17% afirmam que quase nunca isso ocorre e 53% disseram que sim, têm sua fala corrigida pelos professores. Assim, nota-se que a fala é alvo de correção por parte do professor e que muitas vezes, dependendo da forma como o docente faz sua abordagem para correção, pode gerar constrangimento ao aluno, levando a um receio deste se comunicar publicamente.

O perigo de haver uma correção fora de um contexto reflexivo reside justamente no fator de se desconsiderar as variedades linguísticas que migram para a unidade de ensino. As quais, tradicionalmente, podem ser tidas como erros, principalmente as praticadas por alunos de classes menos favorecidas. Dentro dessa dificuldade, Soares (1991, p. 74 – itálicos da autora) aponta: “reconhece-se a necessidade de que as camadas populares adquiram o domínio do dialeto de prestígio, não para que ele *substitua* o seu dialeto de classe, mas para que *se acrescente* a ele, como mais um instrumento de comunicação”. Em outras palavras, é importante que o educando aprenda a escolher com naturalidade a forma linguística mais adequada para cada situação social.

Bagno (2001) postula que o professor de língua, além de conhecer profundamente a norma gramatical, também deve se tornar pesquisador e linguista. Isso é importante para não ser somente um mero reprodutor do prescritivismo tradicionalista, mas incentivar as vivências dos diferentes sujeitos como dono do seu próprio discurso. Dessa forma, os alunos podem se sentir acolhidos e estimulados a conhecer as outras formas de linguagem, em vez de se sentirem estrangeiros dentro do ensino de língua portuguesa. Na sequência, apresentamos outro gráfico, que está voltado para o modo como os alunos se sentem ao serem corrigidos e que permite considerações sobre um dos mitos voltados para o preconceito linguístico.

Gráfico 4 – A percepção dos alunos após as correções pelo professor



Fonte: elaboração própria

Em relação ao Gráfico 4, no que se refere ao modo como os alunos se sentem ao serem corrigidos, 6% declaram que não ligam para essas coisas, 18% dizem que ficam felizes, pois gostam de aprender coisas novas, 18% afirmam que se sentem muito bem, 29% se dizem envergonhados e 29% declaram que se sentem péssimos. Podemos perceber que 36% dos alunos disseram que ficam felizes ou se sentem muito bem quando são corrigidos. Assim, é provável que parte deles tenham desenvolvido um senso crítico sobre o processo de aprendizagem, pois notam que essa ação fará parte da sua trajetória escolar. Em contrapartida, outros relataram se sentirem péssimos ou constrangidos com isso.

Nesse sentido, Bagno (2001) destaca que o professor precisa entender que muitas vezes o aluno que comete equívocos de linguagem, mas não comete erros de português, pois a sua LM é adquirida naturalmente e contempla suas próprias regras gramaticais. Nesse sentido, a abordagem de uma correção sem um conteúdo reflexivo pode levar o aluno a sentir receio de expor suas ideias e, conseqüentemente, se sentir inferior em relação aos demais colegas de sala, alimentando ele próprio o preconceito linguístico de que é vítima.

Portanto, é imprescindível que tanto os professores como a própria instituição de ensino não ignorem as diversidades linguísticas que os educandos trazem do seu convívio, pois essas características fazem parte de sua identidade cultural e social. Dessa forma, há a necessidade de se desprender de algumas crenças, como a de que há apenas uma maneira correta de ‘falar’ ou que o modo de se expressar em uma região é melhor que outra. Esse movimento é extremamente relevante para que barreiras do preconceito possam ser desmitificadas.

Considerações finais

Com o presente estudo se propôs refletir sobre o preconceito linguístico ao investigar uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública da cidade de Araguatins – TO, a partir do pressuposto de que as variedades linguísticas são traços naturais que migram para a unidade de ensino através dos alunos, sendo muitas vezes alvo de estigma. Assim, no decorrer desta escrita, pode-se observar que a história da língua portuguesa no Brasil está intimamente ligada ao processo de formação que se constitui de modo gradativo, na qual sofreu influência de outras culturas, por isso, utilizamos a mesma ‘língua’, mas de formas distintas.

Tendo em vista as reflexões e inferências aqui explanadas, pôde-se verificar que, na unidade de ensino investigada, o estudo da língua portuguesa é muito importante para os alunos, porém a valorização da gramática, que geralmente está vinculada ao ensino tradicional e restrita aos livros didáticos, denota um padrão de ensino caracterizado pela memorização de nomenclaturas. Assim, além de ensinar gramática, apreciar a língua como algo favorável ao desenvolvimento do aluno é um ponto de vista a ser considerado pelos profissionais da educação dedicados ao ensino da língua portuguesa. Isso porque um dos papéis da escola se constitui em estimular nos educandos o senso crítico que, na maioria dos casos, está atrelado à leitura, reescrita, interação social e interpretação dos mais variados gêneros textuais.

Além disso, em relação ao preconceito linguístico, nota-se que é efeito da discriminação boa parcela da população, que idealiza uma ‘língua perfeita’, a qual poucos dominam. Assim, através da pesquisa realizada, constatou-se que mesmo que os alunos não dominem completamente a norma padrão, a comunicação ocorre de maneira natural entre eles, pois são falantes da língua brasileira. Dessa forma, na unidade de ensino, onde o preconceito deve ser erradicado, pode-se perceber sua presença de maneira muito sutil. No entanto, é nesse ambiente que os indivíduos necessitam ser acolhidos e valorizados, também quando empregam sua variedade linguística.

Assim, é relevante destacar que para combater o preconceito linguístico, faz-se necessário reconhecer que esse estigma está relacionado a outras segregações, como a social. Dessa forma, a atitude que o docente de língua portuguesa, bem como todo o corpo pedagógico que compõe a escola, precisa assumir é de uma conduta em favor do respeito à diferença, para que não haja divisão de classes sociais, na medida em que se privilegie também a língua utilizada pelas classes favorecidas.

Portanto, fica evidente que não se pode limitar o ensino de língua portuguesa a um conjunto de estruturas fechado, fixo, que não varia, considerado do ponto de vista homogêneo. Dessa forma, como profissionais da educação, como educadores que assumem o compromisso de transformar a realidade social de seu aluno, somos instigados a sermos tolerantes e a promover a igualdade. Faz parte disso, sem dúvida, combater o preconceito linguístico, gerando um movimento de respeito às diferenças de dentro dos muros da escola para a sociedade como um todo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1998.

- BAGNO, Marcos. **A norma oculta & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo. Parábola Editorial, 2001.
- BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática**. Opressão? Liberdade? São Paulo. Editora Ática S.A, 1995.
- GÖRSKI, Edair Maria et al. **Sociolinguística**. UFSC, UAB. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso (Trad.). São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio; DIONISIO, Angela Paiva. **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- SILVA, Thaís Cristóvão. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Celso Cunha (Trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

Submetido em 19 de abril de 2019. Aprovado em 28 de junho de 2019.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1. O que você acha de aprender língua portuguesa na escola?
 - a. () Fundamental, se não fosse a escola nunca a aprenderíamos
 - b. () Muito importante, ela ajuda a aperfeiçoar o conhecimento que trazemos de casa
 - c. () Não faz diferença, é só uma disciplina escolar
 - d. () É uma disciplina que contribui pouco na ampliação do domínio das variedades da língua portuguesa
 - e. () Desperdício de tempo, pois dominamos a língua portuguesa por se nossa língua materna

2. O que você acha da sua fala em língua portuguesa?
 - a. () Excelente
 - b. () Muito boa
 - c. () Boa
 - d. () Muito ruim
 - e. () Péssima

3. De que modo você entende o que seus colegas falam?

- a. Facilmente
- b. Entendo tudo, pois sei falar muito bem
- c. Tenho dificuldades
- d. Consigo entender algumas coisas
- e. Só entendo as falas de pessoas que moram na mesma rua que eu.

4. Existem palavras que você conhece de uma forma e muitos falam de outra forma? Se SIM, marque a alternativa (A) e dê exemplos. Se NÃO, marque a alternativa (B).

a. Sim:

b. não

5. Os professores fazem correções quanto a sua forma de falar?

- a. Sim
- b. Frequentemente
- c. Somente na sala de aula
- d. Quase nunca
- e. Não

6. Como você se sente quando alguém faz uma correção de algo que falou?

- a. Péssimo
- b. Muito bem, gosto quando alguém me corrige
- c. Envergonhado/ Constrangido
- d. Feliz, gosto de aprender coisas novas
- e. Não ligo para essas coisas

7. Escreva algo que você já falou e alguém te corrigiu:

8. Escreva algo que você já corrigiu na fala de outra pessoa:

9. Como você se sente ao falar em público?

